



# **ESTRANGEIROS NA WEHRMACHT E NA WAFFEN-SS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UM “MODELO NAZISTA” DE VOLUNTARIADO?**

Foreigners in the Wehrmacht and Waffen-SS During World War II: A “Nazi Model” of  
Volunteering?

**João Fabio Bertonha<sup>a</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-5194-5632>

E-mail: [fabiobertonha@hotmail.com](mailto:fabiobertonha@hotmail.com)

<sup>a</sup> Universidade Estadual de maringá, Departamento de História, Maringá, PR, Brasil.

## RESUMO

Durante a Segunda Guerra Mundial, as forças armadas alemãs incorporaram às suas forças um número significativo de homens (voluntários e conscritos) sem a cidadania alemã, especialmente alemães étnicos e cidadãos de países ocupados pela Alemanha. O presente artigo visa apresentar o complexo sistema pelo qual milhões de estrangeiros acabaram participando do esforço de guerra alemão, suas motivações e a do Estado alemão. Uma especial ênfase é dedicada às especificidades do sistema nazista (especialmente a presença ostensiva da pirâmide racial e à divisão dos estrangeiros entre o Exército regular e a Waffen-SS) e à comparação com outros sistemas de incorporação de estrangeiros nas forças militares (como os Aliados ocidentais e a União Soviética), de forma a levantar elementos para discutir o caráter dual do Estado nazista e suas especificidades.

## PALAVRAS-CHAVES

Wehrmacht. Waffen-SS. Voluntariado. NSDAP.

## ABSTRACT

During World War II, German military incorporated into their forces a significant number of men (volunteers and conscripts) without German citizenship, especially ethnic Germans and citizens from German-occupied countries. This article aims to present the complex system by which millions of foreigners ended up participating in the German war effort, their motivations, and German State's point of view. A special emphasis is devoted to the Nazi system's particularities (especially the overwhelming presence of the racial pyramid and the division of foreigners between the regular Army and the Waffen-SS) and to the comparison with other systems of incorporating foreigners into the military forces (such as the Western Allies and the Soviet Union), in order to raise elements to discuss the dual character of the Nazi state and its specificities.

## KEYWORDS

Wehrmacht. Waffen-SS. Volunteering. NSDAP.

## INTRODUÇÃO

A participação de soldados nascidos fora dos limites de um determinado Estado nas suas forças armadas não é nenhuma novidade na História. Em praticamente todos os conflitos armados conhecidos, a presença de estrangeiros nas fileiras de um determinado Exército ou Marinha é praticamente universal. Esses homens lutavam por dinheiro, por compartilharem uma identidade comum, habitualmente religiosa ou política ou por ordem de seus respectivos Estados. Mesmo após a Revolução Francesa, quando o soldado-cidadão se tornou a norma, continuaram a existir mercenários, voluntários, soldados profissionais, tropas de tipo colonial e outras categorias de serviço militar (GRASMEDER, 2021, KRUGER; LEVSEN, 2011).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o mesmo ocorreu. Voluntários de diversas nacionalidades se integraram às forças aliadas ou do Eixo por motivos ideológicos ou nacionalistas, assim como para dar conta de suas próprias agendas políticas. Ao mesmo tempo, unidades de tipo colonial foram extensivamente utilizadas pelos dois lados. Imigrantes ou minorias nacionais também foram mobilizados e utilizados em combate, assim como os emigrantes e seus filhos que viviam no exterior.

Dentre todas essas experiências, a alemã tem sido uma das mais estudadas desde 1945. E isso por duas razões centrais. Em primeiro lugar, a quantidade e a diversidade de homens e nações que lutaram sob a bandeira nazista é imensa, o que chama inevitavelmente a atenção. E, em segundo lugar, porque existe uma aura, especialmente na direita política, a respeito das unidades estrangeiras do Exército alemão e, especialmente, da Waffen-SS, o que gera um mercado quase infinito para a produção de livros, documentários, páginas nas redes sociais, etc.

De qualquer modo, mesmo se levarmos em conta apenas a produção acadêmica, o número de artigos e livros relacionados ao tema é descomunal, simplesmente fora das possibilidades de manipulação por um único pesquisador. Se acrescentarmos a isso a produção memorialística ou celebrativa, a leitura de todo o material produzido – de qualidade variável – demandaria ainda mais tempo. A única vantagem de essa produção ser tão imensa é que boa parte das questões relacionadas ao tema já foram discutidas a contento e a reconstrução factual (recrutamento, organização, armas, batalhas) já foi, em essência, feita.<sup>1</sup> Mesmo assim, ainda restam questões a respeito do tema dos estrangeiros nas forças alemãs durante a Segunda Guerra Mundial que merecem discussão e aprofundamento.

Dessa forma, esse artigo não pretende esgotar e apresentar toda a bibliografia disponível sobre o tema e nem fazer uma apresentação geral do mesmo, mas discutir uma questão central: haveria um “modelo nazista” para a incorporação de estrangeiros nas suas forças militares? O caso alemão seria apenas um a mais em uma longa história de voluntariado e recrutamento de estrangeiros por várias potências ao longo do tempo ou haveria particularidades suficientes para criarmos uma tipologia especial?

Para dar conta dessa pergunta, o artigo se inicia com uma análise mais detalhada das várias experiências de recrutamento e voluntariado alemão de 1939 a 1945. É impossível reproduzir nesse espaço, como já indicado, toda a discussão historiográfica referente ao tema dos estrangeiros na *Wehrmacht*. É crucial, no entanto, ter em mente a diversidade das experiências de voluntariado e de recrutamento de estrangeiros na Alemanha nazista, pois é decompondo essas experiências gerais em específicas que

---

<sup>1</sup> Para a redação da parte factual do presente artigo, recorreremos a uma bibliografia de base, a qual será citada a seguir, contudo, apenas se for feita uma menção direta. Ver Alegre Lorenz (2017), Núñez Seixas (2016), Bohler e Gerwarth (2017), Edele (2017), Estes (2015), Hale (2012), Leleu (2007, 2014), Stahel (2018b) e Stein (1966). O livro de Stahel é o mais completo e será o mais utilizado nesse artigo.

teremos os elementos para discutir continuidades e mudanças. O tema dos alemães étnicos e a questão dos estrangeiros na Waffen-SS serão apresentados em detalhe, pela sua importância na discussão proposta.

## A WEHRMACHT E A PRESENÇA DE ESTRANGEIROS

O caso alemão chama efetivamente a atenção dentro do quadro geral da Segunda Guerra Mundial e isso por vários motivos. Em primeiro lugar, porque, como já indicado, o número de estrangeiros que lutaram ao lado dos alemães foi elevado. Em segundo lugar, porque os modelos e sistemas de recrutamento foram mais heterogêneos e flexíveis, abrangendo mais modalidades e variações, do que nos casos japonês e italiano e dos próprios países aliados. E, finalmente, porque a absorção dos estrangeiros se deu não só nas Forças Armadas como nas unidades do partido nazista ou a ele relacionadas, ou seja, a Waffen-SS.

Em termos numéricos, uma quantificação precisa seria impossível, mas o trabalho de Xosé Manuel Núñez Seixas (2016) nos dá algumas indicações relativas à frente oriental, na qual o uso de estrangeiros foi mais comum. Na luta contra a União Soviética, os alemães puderam contar com o apoio de 400 mil romenos, 300 mil finlandeses, 300 mil húngaros, 230 mil italianos, 50 mil eslovacos e 47 mil espanhóis. Também se incorporaram à luta cerca de 300 mil alemães étnicos, 60 mil voluntários da Europa Ocidental e um número imenso (cerca de 1 milhão de homens) de cidadãos soviéticos, como bálticos, ucranianos, cossacos, turcomenos e mesmo russos, além de cinco mil croatas. Nos Balcãs, onde a Alemanha também recrutou várias forças de apoio agregadas às divisões alemãs e criou divisões e brigadas croatas, bósnias e albanesas, entre outras, os estrangeiros também eram numericamente expressivos. Além disso, inúmeras unidades russas, cossacas, ucranianas ou da Ásia Central foram utilizados como força de segurança interna e de guarnição na França, na Itália e em outros pontos da Europa Ocidental.

A expressiva colaboração numérica dos não-alemães para o esforço bélico do Terceiro Reich é, pois, evidente: um cálculo conservador indicaria cerca de 2,2 milhões de homens não nascidos em território alemão lutando pela Alemanha durante a guerra, cerca de 12% do efetivo total da *Wehrmacht*. Na frente oriental, os estrangeiros chegaram a representar 20% do efetivo total alemão e, em certos setores dessa frente, ainda mais. Muito provavelmente, como afirma Rolf-Dieter Müller (2012), sem o apoio dos estrangeiros, a Alemanha não teria conseguido invadir a União Soviética e nem resistir aos Aliados por tantos anos.

As modalidades para esse apoio e aproveitamento foram extremamente diversificadas. David Stahel (2018a) identifica três delas (Exércitos nacionais, voluntários e colaboradores soviéticos), numa tipologia correta, mas que pode ser desdobrada para o melhor entendimento do processo.

Uma das mais imediatas foram os auxiliares soviéticos, os *Hilfswilliger*, ou Hiwi. Eles podiam ser prisioneiros de guerra ou civis locais que aceitavam exercer funções de apoio, como serviços de limpeza, cozinha e lavanderia, aos soldados alemães, em troca de melhor tratamento. Muitos também serviam como motoristas, tradutores e em outras funções auxiliares. Também podiam ser desertores do Exército Vermelho ou prisioneiros de guerra que se uniam às forças alemãs por motivos diversos - especialmente pela sobrevivência, mas também pela desilusão pelo modelo soviético (Edele 2017) - e combatiam, de forma individual ou em pequenas formações, agregados às unidades alemãs, normalmente em funções de apoio, como alimentação de metralhadoras ou serviço de peças de artilharia.

As necessidades da guerra também levaram a uma intensa mobilização de unidades, em nível máximo de regimento, para combate à guerrilha e para atividades de controle do

território. Essas unidades de segurança foram relativamente comuns, englobando italianos (depois da queda de Mussolini em 1943), bósnios, croatas, sérvios, gregos e outras nacionalidades para repressão interna, especialmente nos locais onde a atividade guerrilheira era mais intensa, como no norte da Itália e na antiga Iugoslávia. Também houve batalhões de polícia auxiliar em outras partes dos territórios ocupados pelos alemães na Europa Ocidental, como, por exemplo, na Bélgica ou na França.

A maior concentração dessas unidades esteve, contudo, mais uma vez, no território soviético: batalhões e regimentos formados por ucranianos, bálticos, bielorrussos e outros foram parte fundamental no esforço da *Wehrmacht* para controlar a retaguarda frente à ação dos guerrilheiros e opositores soviéticos e para aplicar as políticas nazistas, incluindo o assassinato de judeus e outras minorias e o ataque generalizado à população, dentro da chamada *Bandenbekämpfung* (BLOOD, 2011). Os ucranianos, especialmente, foram muito utilizados, inclusive fora do território ucraniano (WESTERMANN, 1996).

Essas formações tinham várias denominações e suas cadeias de comando variavam, mas a maior parte delas, no Leste Europeu, fazia parte da polícia auxiliar, ou *Schutzmannschaft* (*Schuma*). Subordinados à *Ordnungspolizei* alemã, sob o comando de Heinrich Himmler, elas foram essenciais para o controle do território soviético; em algumas regiões, havia dez vezes mais homens dessas unidades em ação do que soldados e policiais alemães. O efetivo chegou a 300 mil homens em 1942; além de grande número de homens distribuídos localmente, em tarefas de patrulhamento, foram organizados cerca de 200 batalhões móveis, divididos por nacionalidades, entre os quais estonianos, letões, lituanos, bielorrussos, tártaros e ucranianos (DEAN, 2000, p. 60-77; CABALLERO JURADO; NIGEL, 2012, p. 12-36).

Outros batalhões, cujo número chegaria a um máximo de 120, foram recrutados no Leste Europeu e utilizados para funções de guarnição ou de segurança de instalações militares e ferrovias, além de controle do território e segurança interna. Foram os chamados *Ost-Bataillone*, amplamente utilizados não apenas na Europa Oriental como também nos Balcãs e na Europa Ocidental; vários estavam guardando posições na Muralha do Atlântico quando do dia D, por exemplo.

Esses batalhões e unidades auxiliares e de polícia poderiam ser comparados às forças coloniais organizadas pelos outros impérios europeus na África e na Ásia, tanto para a segurança interna como para a luta em outros continentes, como os ascaris italianos, o Exército da Índia britânico e as forças senegalesas ou argelinas no Exército francês. O diferencial alemão é que essas unidades de tipo colonial foram criadas na Europa e com uma hierarquia racial ainda mais rígida do que nas áreas coloniais africanas e asiáticas.

Os bálticos, por exemplo, eram considerados uma raça superior e seus soldados eram comandados por oficiais nativos, enquanto os ucranianos e os bielorrussos por alemães. Mesmo entre os bálticos, contudo, havia diferenciação entre lituanos (considerados menos “valiosos” racialmente), letões e estonianos, tanto que houve recrutas suficientes (e estímulo alemão) para criar uma divisão estoniana e duas letonas na Waffen-SS, mas não uma lituana (LUMANS, 2018, p. 358; p. 367-368). Já no Tirol do Sul, na antiga Iugoslávia ou na Polônia, os batalhões auxiliares atraíram especialmente alemães étnicos (BATTISTELLI; MOLINARI, 2007, p. 209-213; HALE, 2012, p. 48).

A tentativa de melhorar a sua posição dentro do novo ordenamento geopolítico preconizado pelos nazistas na Europa também explica o posicionamento de vários Estados (ou entidades que ambicionavam a sê-lo) frente ao Terceiro Reich e a sua participação na guerra. Os batalhões de polícia auxiliar ou de apoio não tinham um objetivo político evidente e a adesão a eles combinava interesses imediatos de sobrevivência com a identificação com os ideais e as práticas nazistas. Já no caso dos exércitos regulares e, especialmente,

das legiões nacionais que combateram com os alemães, a sua existência estava relacionada a um Estado (existente ou em formação) e visava objetivos políticos maiores.

Os vários exércitos regulares formam um caso mais simples, no sentido de serem forças militares de Estados constituídos que estavam em aliança prévia com os nazistas e que enviaram para a luta militares regulares, conscritos. Dessa forma, os italianos colaboraram na invasão da França em 1940 e lutaram ao lado dos alemães na África e nos Balcãs e os eslovacos apoiaram a invasão da Polônia em 1939. Os húngaros e os búlgaros também apoiaram a invasão da Iugoslávia e da Grécia e participaram da ocupação desses territórios. Já na frente russa, como já mencionado, romenos, finlandeses e húngaros reuniram cerca de 1,2 milhão de homens em apoio às forças nazistas.

A motivação para essa luta era política, de lideranças que temiam perder o poder caso não apoiassem os alemães, frente a outras forças, especialmente da extrema direita, caso de Antonescu na Romênia e Franco na Espanha. Também era geopolítica, de defesa dos interesses nacionais, especialmente territoriais. Na frente russa, a Finlândia, por exemplo, lutou para recuperar os territórios perdidos para a União Soviética em 1940, enquanto a Romênia anexou a Bessarábia e outros territórios soviéticos; já nos Balcãs, a antiga Iugoslávia foi praticamente retalhada por alemães, italianos, búlgaros e húngaros.

Também havia um grande esforço para se mostrar como “o aliado mais confiável” frente à Alemanha e conseguir vantagens e proteção, como nos casos da Hungria e Romênia, em forte disputa territorial, mediada pelos alemães (DELETANT, 2018; ROMSICS, 2018). Os búlgaros, contudo, não participaram da invasão da URSS, e os finlandeses se limitaram a recuperar os territórios perdidos em 1940, o que indica como ao menos alguma autonomia era mantida pelos Estados satélites da Alemanha (MEINANDER, 2018). Já no caso italiano, a decisão de Mussolini de enviar tropas para a frente russa fazia sentido, já que o fascismo tinha no anticomunismo um de seus princípios ideológicos chave e havia também o potencial ganho econômico que o saque da URSS poderia trazer (WOUTERS, 2018, p. 149-150). A questão central, contudo, era tentar reequilibrar o jogo de poder entre as duas potências europeias do Eixo: se a Alemanha apoiava a Itália na África, a Itália apoiaria a *Wehrmacht* na Rússia.

O caso da Espanha é o mais difícil de classificar, como bem indicado por Xosé Manuel Núñez Seixas (2016). A Divisão Azul era uma unidade do Exército espanhol, incorporada e subordinada ao alemão, mas lutando sob a bandeira espanhola. Não era uma unidade formada exclusivamente por voluntários, mas eles estavam presentes em grande número. Por fim, tinha sido enviada por um país que era neutro, para diminuir as pressões internas e externas para a entrada da Espanha na guerra (RODRIGUEZ JIMÉNEZ, 2009; MORENO JULIÁ, 2006; 2018), e não para atingir algum fim de expansão territorial na URSS. O fato de a Espanha ser um Estado consolidado, contudo, nos permite acrescentá-la a essa tipologia. Relevante também, no caso espanhol, é o fato de a Divisão Azul também incorporar alguns estrangeiros, como russos brancos, latinoamericanos e, especialmente, portugueses (SILVA, 2012). Mesmo representando apenas umas poucas centenas de homens, são um exemplo de uma “sublocação” do voluntariado estrangeiro.

Um caso diferente era o de Estados constituídos a partir da ocupação alemã ou que aspiravam a continuar a existir. A Eslováquia, criada em 1939 a partir do desmembramento da Tchecoslováquia, enviou tropas para a frente russa com o objetivo de provar aos alemães que era um Estado viável, que não deveria ser absorvido pela Hungria (RYCHLIK, 2018). O caso mais emblemático, contudo, é, provavelmente, o do Estado Independente da Croácia. Criado em 1941, ele era dependente da Itália e da Alemanha. Refletindo seu caráter fascista, o novo Estado organizou tanto forças militares convencionais como unidades paramilitares, as milícias ustaches. Soldados e milicianos lutaram contra as guerrilhas e a oposição interna (praticando, inclusive, assassinatos em massa contra

judeus, sérvios e ciganos) e também em apoio às forças alemãs em ação nos Balcãs até a fusão das duas forças em novembro de 1944.

Para a frente russa, os croatas organizaram uma legião de voluntários, os quais formaram um regimento, o 369º, incorporado a uma divisão regular alemã; cerca de cinco mil homens passaram pela unidade, praticamente destruída na batalha de Stalingrado. A partir dos seus remanescentes, foi formada uma divisão croata, também subordinada ao Exército alemão, mas que lutou apenas no território croata. O objetivo do Estado croata ao estimular uma unidade de voluntários para a frente russa era o de cimentar os laços com os alemães, de forma a fortalece-lo contra as ambições imperialistas da Itália, a qual já tinha anexado vários territórios croatas (MULLER, 2012, P. 97; YEOMANS, 2018).

As várias legiões organizadas no Leste Europeu pelos alemães pertencem a uma tipologia mais fluida. Em boa parte, eram simples unidades auxiliares, recrutadas entre desertores e prisioneiros de guerra, para tarefas policiais ou de apoio. Algumas delas, contudo, também se imaginavam como as precursoras de um futuro Estado a ser constituído, na esteira da possível derrota da União Soviética. Foi o caso, por exemplo, dos armênios. Alguns batalhões foram organizados pelos alemães, os quais foram utilizados como tropas de segurança ou de defesa estática na Polônia, na França, na Bélgica e na Holanda. A busca pela sobrevivência era a motivação básica dos soldados para se voluntariarem, mas também contou, ao menos entre as lideranças, a esperança de, com a participação na guerra, obter o apoio alemão para uma futura Armênia livre, tanto que alguns nacionalistas emigrados depois da ocupação soviética da Armênia, em 1920, também participaram dessa Legião.

Com algumas particularidades, a mesma experiência se repetiu no tocante aos georgianos, aos azeris, aos cossacos e a vários outros povos do Cáucaso e da Ásia Central: os que se voluntariavam para lutar ao lado alemão normalmente o faziam porque queriam fugir dos campos de prisioneiros ou estavam apenas desiludidos com o sistema soviético, enquanto a motivação básica dos alemães para emprega-los em combate era a premente necessidade de efetivos para controle do território. Já as lideranças desses grupos tinham em vista cumprir uma meta política: garantir a independência dos seus Estados e nações em um futuro dominado pela Alemanha e, evidentemente, que elas estariam no comando desses novos Estados (BEYDA; PETROV, 2018).

O caso dos países bálticos é um pouco diverso. A experiência da ocupação soviética entre 1939 e 1941 (e os sentimentos antissemitas de longa tradição) levaram a uma maior disposição dos povos da região em se alistarem nas forças alemãs: dezenas de milhares de bálticos participaram das forças auxiliares da Wehrmacht, dos batalhões de polícia e da Waffen-SS devido a esses sentimentos. Um número equivalente de bálticos alemães também se integrou às forças alemãs. As lideranças desses países, contudo, também imaginavam que a luta ao lado dos alemães poderia ser um *asset* para garantir a independência desses países no futuro, no que foram frustrados pela política de colonização e germanização alemã (LUMANS, 2018).

Ainda nesse contexto, se destacam os casos dos ucranianos e dos russos. Os ucranianos, como já indicado, formaram inúmeros batalhões de polícia ou auxiliares que lutaram ao lado dos alemães não apenas na Ucrânia, como também na Polônia, na Bielo-Rússia e em outros lugares; muitos ucranianos também atuaram como guardas de campos de concentração ou como Hiwi. Líderes nacionalistas ucranianos, especialmente na Ucrânia Ocidental, contudo, esperavam conseguir reunir essas tropas em unidades maiores, formando uma Legião Ucraniana, capaz de, pelo sangue derramado em combate, dar sustento às pretensões de uma Ucrânia independente. Uma pretensão inaceitável, contudo, para a liderança nazista (BEYDA; PETROV, 2018).

Apenas em 1943, a Waffen-SS reuniu uma divisão de ucranianos, mas com centro na Galícia ex-austríaca e proibindo até mesmo o uso da palavra “Ucrânia” nos símbolos da divisão, o que indica como as possibilidades de autonomia ucraniana eram realmente mínimas. Em 1945, já no fim da guerra, os nacionalistas ucranianos finalmente conseguiram reunir os inúmeros soldados e unidades ucranianas que lutavam com os alemães em um Exército nacional, mas em um momento em que isso já não tinha qualquer significado político ou militar.

Se as chances de autonomia ou independência eram, no caso dos ucranianos, mínimas, no caso dos russos eram praticamente inexistentes. Muitos russos se dispuseram a lutar pelos alemães e, especialmente no caso dos oficiais que desertaram e dos russos brancos que estavam refugiados na Europa Ocidental desde 1920, havia a perspectiva de destruir o bolchevismo e reconstruir o Império Russo (BEYDA; PETROV, 2018). Os alemães apoiaram a criação de um regimento de russos brancos para serviços de segurança na Sérvia e aceitaram os serviços de russos como auxiliares e policiais, incluindo unidades famosas pelas suas atrocidades, como a brigada Kaminski. A resistência de Hitler em armar e dar visibilidade política aos russos, contudo, era tamanha que as várias iniciativas para a criação de uma Legião Nacional russa nunca foram em frente. Mesmo o Exército Russo de Libertação Nacional do general Vlasov nunca foi capaz de desenvolver seu potencial e apenas uma divisão de russos foi formada ao final de 1944, sendo depois absorvida pela Waffen-SS, mas sem nenhum resultado efetivo.

Já no caso dos Estados inimigos ocupados pela Alemanha na Europa Ocidental, o objetivo de melhorar a posição de cada Estado dentro do sistema alemão também estava presente, mas a questão maior era a de delimitar quem seria o grupo político que dominaria o cenário em cada país. No caso francês, por exemplo, a *Légion des volontaires français contre le bolchévisme*, formada pelos fascistas franceses logo após a invasão da URSS em 1941, se tornou um regimento em uma divisão alemã. A oposição do governo de Vichy a sua existência (e a tentativa, fracassada, de criar uma *Légion Tricolore* para se contrapor a ela) é um sinal de como o governo colaboracionista de Paris entendia perfeitamente que a sua criação era uma arma política da direita mais radical contra ele próprio (BEYDA, 2018; GIOLITTO, 1999). O mesmo se repetiu com os holandeses e, em termos um pouco diferentes, com os noruegueses (VAN ROEKEL, 2018; SORLIE, 2018). A LVF, aliás, é outro exemplo de “sublocação” do voluntariado estrangeiro, pois em suas fileiras participaram cerca de 40 russos brancos, 200 árabes e até mesmo uma dúzia de africanos (BEYDA, 2018, p. 310-311).

A Bélgica é, nesse aspecto, ainda mais particular. Os partidos próximos ao fascismo, como o Rex e a VNV, não tinham milícias expressivas antes da ocupação alemã e as criaram apenas após 1940, para uso interno. Posteriormente, formaram-se legiões separadas para a luta na frente russa, ao mesmo tempo em que a SS criava uma unidade própria para absorver os flamengos e tentar disputar o poder, em território belga, com os militares alemães. Um contexto complexo, em que as várias legiões e forças pensavam, essencialmente, em aumentar o seu poder dentro da Bélgica (WOUTERS, 2018).

Havia, dessa forma, um impulso político na formação dessas unidades, refletindo a luta, em cada país, entre as várias direitas e os vários grupos que buscavam ampliar seu poder nos países ocupados reafirmando a sua lealdade aos alemães. Ao mesmo tempo, a recepção alemã dessas iniciativas de voluntariado normalmente foi mais fria do que esses grupos esperavam, já que os alemães preferiam trabalhar com governos minimamente estáveis e com alguma representatividade. Quando as propostas, por fim, foram aceitas, as perspectivas ideológicas nazistas, como o racismo, e os interesses dos alemães também se manifestaram, influenciando a história de cada uma dessas unidades.

Um caso que indica bem como o ideário racial nazista influenciou a formação dessas unidades é o belga. Logo após a invasão da URSS, o líder rexista Lén Degrelle pensou em criar uma legião belga para lutar ao lado dos alemães, com o óbvio intento de dar nova vida a um movimento em decadência. Os alemães, contudo, que contemplavam a futura dissolução da Bélgica e viam com olhos diferentes os germânicos de Flandres e os latinos da Valônia, não permitiram. No lugar, Degrelle foi autorizado a formar uma legião de voluntários, a *Légion Wallonie*, com o efetivo de um batalhão, a qual lutou dentro do Exército alemão, sendo absorvida pela Waffen-SS apenas em junho de 1943. Já os flamengos criaram, com o fim de manterem sua posição de principais colaboracionistas na Bélgica, uma *Vlaams Legioen*. Sendo os oriundos de Flandres considerados germânicos, eles foram imediatamente colocados sob o comando da Waffen-SS. O caso flamengo se reproduziu no tocante aos noruegueses, aos holandeses e aos dinamarqueses.

Na fronteira entre unidades criadas apenas para fins de propaganda (como o *British Free Corps*), unidades policiais e auxiliares e legiões nacionais, estariam as unidades formadas por indianos e árabes, nas quais confluíram prisioneiros de guerra, indianos e árabes residentes na Europa e refugiados do Iraque após a derrota do governo pró-Eixo daquele país em 1941. Elas atendiam a um interesse geopolítico alemão – o de se aproximar das lideranças nacionalistas indianas e dos países árabes –, podiam servir para operações especiais, de sabotagem e inteligência, no Oriente Médio e, potencialmente, seriam muito úteis na futura ocupação do mundo árabe e da Índia pelas potências do Eixo. Ao final, quando esses planos se revelaram inviáveis, as tropas indianas e árabes acabaram por ser utilizadas como tropas auxiliares ou de segurança tanto no norte da África, como na Grécia, na Itália e na França.

Por fim, pensando pensando em termos de unidades de combate efetivas, resta mencionar os comandos *Brandenburg*, unidades especiais organizadas pela *Abwehr* para ações de inteligência, sabotagem e operações especiais no interior das linhas inimigas. Em sua maioria, reuniam alemães com conhecimento de línguas e culturas estrangeiras ou alemães étnicos romenos, iugoslavos ou dos Sudetos, mas também foram incorporados bálticos, caucasianos e outros povos.

Essas classificações e modelos evidentemente não são perfeitos; transições de grupos e pessoas de um para outro eram relativamente simples. Muitos italianos ou ucranianos que se uniram aos batalhões de polícia alemães acabaram por confluir na Waffen-SS. O mesmo aconteceu com, por exemplo, com o batalhão de polícia de Flandres, o qual, após a libertação da Bélgica pelos Aliados, foi dissolvido, com seus efetivos indo reforçar a divisão flamenga da Waffen-SS. Já alguns batalhões de polícia letões, por exemplo, foram simplesmente convertidos em batalhões e depois em divisões da Waffen-SS.

Já algumas das legiões nacionais organizadas pela *Wehrmacht* se transformaram simplesmente em divisões da Waffen-SS, enquanto outras foram dissolvidas justamente para reconstruir e reforçar essas divisões. Alguns membros da Divisão (depois Legião) Azul espanhola, inicialmente uma unidade regular do Exército espanhol integrada na *Wehrmacht*, acabaram por se incorporar a Waffen-SS. Já alguns batalhões ucranianos organizados pela *Abwehr* para operações especiais na URSS tinham a pretensão de formar um Exército Nacional ucraniano, mas acabaram se tornando simples unidades *Schuma*.

O sistema e as motivações de recrutamento também variaram. Muitos dos que se apresentaram para os batalhões de polícia, para as legiões nacionais ou para as divisões da Waffen-SS eram, inicialmente, voluntários, interessados em ganhos pessoais ou imbuídos da ideologia nazista. Com o tempo, a pressão alemã, dos Estados satélites e de outras instituições foi levando a uma situação de “voluntariado forçado”. Quando nem esse sistema deu resultado, optou-se, em muitos locais, pela simples conscrição dos homens

necessária para manter as unidades funcionando. A fluidez era, portanto, a norma no modelo alemão, levando-se em conta as necessidades da guerra e as disputas por poder e prestígio entre os vários governos colaboracionistas e o governo alemão e entre os militares e a SS. Essa fluidez fica evidenciada ainda mais clareza quando pensamos nos alemães étnicos, ou seja, aquelas pessoas de etnia e língua alemãs que não tinham a cidadania alemã e viviam fora do território alemão (os *Volksdeutsche*), não sendo sujeitas, em princípio, a obrigatoriedade do serviço militar.

## OS ALEMÃES ÉTNICOS NA WEHRMACHT

O primeiro caso a mencionar é o dos territórios anexados pela Alemanha e cujos habitantes receberam a cidadania alemã, sendo sujeitos, portanto, ao serviço militar. Aqui, além da Áustria, dos Sudetos e de outros territórios menores, valeria mencionar o caso dos habitantes do Luxemburgo e, especialmente, da Alsácia-Lorena, onde 130 mil homens (os chamados *Malgré-nous*) foram forçados a entrar na *Wehrmacht*. A registrar também o caso dos descendentes de alemães que imigraram da URSS entre 1939 e 1941, cerca de meio milhão, os quais receberam a cidadania alemã e imediatamente ficaram sujeitos ao serviço militar (LUMANS, 1989).

Na década de 1930, graças à melhoria das condições de vida na Alemanha e a uma ativa política para estimular a emigração de retorno, um número substancial de cidadãos alemães residentes no exterior voltou para a Alemanha. Apenas através da *Rückwanderungamt* da AO-NSDAP, cerca de 200 mil cidadãos alemães retornaram à Alemanha vindos da América (GRAMS, 2021, p. 172). Ao menos alguns desses emigrantes de retorno trouxeram filhos ou netos que tinham nascido no exterior e que tinham a cidadania dos seus países de nascimento. Como a lei alemã previa a doutrina do *jus sanguinis*, contudo, filhos ou netos de alemães nascidos no exterior eram alemães e, se estivessem em território alemão, também estavam sujeitos ao serviço militar.

Isso explica, aliás, as menções – em memórias, livros e séries de TV – a soldados alemães que falavam português ou inglês e que diziam aos seus captores terem nascido no Oregon ou no Rio Grande do Sul (Oliveira, 2007). Muitos tinham a dupla cidadania, mas tinham retornado à Alemanha crianças, pelo que o conflito de identidades foi pequeno: o lugar de nascimento era apenas um detalhe. Mesmo assim, alguns fizeram recurso a sua dupla cidadania para saírem da Alemanha devastada pela guerra, como no caso dos brasileiros (FROTSCHER, 2011, p. 2013)

Os alemães étnicos residentes na Europa Oriental recebiam atenção e apoio de um órgão específico, o *Hauptamt Volksdeutsche Mittelstelle* (VoMl), para a manutenção da cultura e da língua alemãs. No caso deles, a maioria dos que se engajaram nas forças armadas da Alemanha e na Waffen-SS o fez de forma voluntária. Eles eram estimulados pela percepção positiva da ideologia nazista, pelas vantagens potenciais do serviço militar em termos de status e benefícios materiais (incluindo a apropriação de bens confiscados de judeus e eslavos) e pela pressão social nas comunidades e dos ocupantes alemães. Quando o número de voluntários não atingiu as expectativas alemãs (o que era relativamente comum, já que nem todos, obviamente, aderiram aos projetos nazistas), recorreu-se à conscrição. Os números são impressionantes: cerca de 300 mil *Volksdeutsche* residentes na Europa Oriental se incorporaram às forças armadas alemãs e, especialmente, a Waffen-SS, representando quase um terço do efetivo total dessa última (LUMANS, 1989; 1993; 2012a, b).

Alguns entre eles podiam ser simplesmente incorporados, de forma individual, em unidades do Exército ou nos comandos *Brandenburg*, nos quais as suas habilidades linguísticas e o conhecimento de culturas locais eram úteis para facilitar tarefas de

espionagem e operações especiais. Muitos também serviram como oficiais de ligação nas legiões nacionais organizadas pelo Exército. Os alemães também estimularam, em todas as áreas com presença alemã na Europa ocupada, a formação de forças de autodefesa, ou seja, unidades para a proteção da comunidade alemã local e o combate a atividades de guerrilha; muitas delas se engajaram em saque e massacres étnicos. Isso aconteceu, por exemplo, na Polônia, onde a *Volksdeutscher Selbstschutz*, de alemães étnicos, deu apoio às ações da SS desde o primeiro dia da invasão (HALE, 2012, p. 48).

A maioria deles, contudo, foi utilizada nas divisões da Waffen-SS. De forma individual ou em batalhões e regimentos, os *Volksdeutsche* serviram para ajudar a recompor o efetivo das divisões da Waffen-SS que haviam tido baixas excessivas. Em alguns casos, eles foram concentrados em divisões específicas. Um exemplo é a 7ª Divisão *Prinz Eugen*, formada por *Volksdeutsche* voluntários (e, especialmente, recrutas) da Hungria, Romênia e, especialmente, da Iugoslávia e com um histórico de massacres e violência generalizada nos Balcãs (CASAGRANDE, 2003; LUMANS, 2012a).

A predileção da Waffen-SS por alemães étnicos é explicável tanto pela ideologia como pela praticidade. Apesar de serem, muitas vezes, vistos com desconfiança e até desprezo, por não terem mantido a pureza racial desejada, não dominarem perfeitamente a língua alemã, serem oriundos de comunidades rurais e atrasadas e terem habilidades militares limitadas (MACKENZIE, 1997, p. 147-148; BERGEN, 1994, p. 574-575; HALE, 2012, p. 71-73), eles eram etnicamente aceitáveis e podiam ser aproveitados pela Alemanha. O serviço militar, aliás, serviria, do ponto de vista da SS, para estimular a reintegração ao corpo racial alemão, eliminando dissidentes, resistências e reservas. Muitos *Volksdeutsche* também o viam como uma forma de se reafirmarem como bons alemães e bons nazistas (BERGEN, 1994, p. 572-574).

Além disso, o fato de eles não terem, em princípio, cidadania alemã os isentava da obrigação do serviço militar nas forças armadas alemãs, o que era vantajoso para a SS. Desde 1935, quando o serviço militar foi reintroduzido na Alemanha, havia quotas de recrutas para as Forças Armadas, mas não para a SS, a qual tinha que negociar constantemente seu acesso ao pool de conscritos. Apenas ao final de 1944, na verdade, quando Himmler assumiu o comando do Exército de Reserva, é que o problema de mão de obra para a Waffen-SS foi equacionado. Até então, esse problema era premente e os alemães étnicos eram uma fonte passível de ser mobilizada, seja pelo voluntariado, seja pelo recrutamento (LUMANS, 1989; LUMANS, 2012a).

Temos, portanto, uma situação dupla: de um lado, um grupo de pessoas disposto, ao menos em princípio, a colaborar com os alemães e a se integrar às suas forças militares e, ao mesmo tempo, uma instituição, a SS, desejosa de ampliar seus efetivos e poder recorrendo a uma base demográfica a qual o Exército alemão tinha mais dificuldades de aceder. Não espanta, assim, a forte presença dos *Volksdeutsche* nas forças da Waffen-SS.

## OS ESTRANGEIROS NA WAFFEN-SS

O mesmo princípio explica a presença maciça de estrangeiros na Waffen-SS. É impossível discutir, nesse espaço, toda a história da SS, mas cumpre ressaltar como a organização, fundada em 1925 como força de defesa do partido, foi se imaginando, como o passar do tempo, como uma guarda pretoriana em defesa do regime e do NSDAP, em oposição à SA e, com o tempo, aos militares. As relações com o Exército, na verdade, sempre foram ambíguas, tanto que a Waffen-SS, apesar de se subordinar operacionalmente ao Exército, nunca se constituiu na quarta arma da Wehrmacht e sempre manteve a autonomia institucional (STEIN, 1966, p. 20-22).

A SS também era pensada como uma elite, social, cultural e racial, que deveria incorporar apenas o melhor que a Alemanha podia oferecer. Desde 1934 ela procurou criar unidades com formato militar (através da *SS-Verfügungstruppe*, sendo a *Waffen-SS* em si criada apenas em 1940) e esse esforço se ampliou com o início da guerra: suas divisões de elite tinham a função de demonstrar o valor da SS em batalha. Com o passar do tempo, a demanda por tropas para exercer a função primordial da SS – o controle do território e a repressão aos dissidentes – foi se tornando premente e isso fez com que a perspectiva de uma elite racial fosse substituída, ao menos em parte, por um projeto de construção de forças militares e policiais o mais numerosas possíveis, o que abriu as portas da instituição aos estrangeiros.

Em um primeiro momento, aqueles estrangeiros desejosos de colaborar com as forças alemãs eram aproveitados pelo Exército, seja em batalhões de polícia, forças auxiliares ou, no máximo, como unidades nacionais que serviam sob a bandeira alemã. A SS, inicialmente, não aceitava voluntários que não tivessem a cidadania alemã (salvo poucas exceções, como os austríacos antes de 1938 e alguns escandinavos) e mantinha rígidos critérios raciais e políticos para a sua seleção.

Em 1940, contudo, por sugestão de Gottlob Berger, e de maneira a burlar as restrições dos militares, a *Waffen-SS* começou a aceitar voluntários dos países germânicos (como Noruega, Dinamarca, Holanda e Flandres) e a incorporar alemães étnicos, o que permitiu uma primeira grande expansão de suas unidades. Em 1941, Hitler autorizou uma nova expansão do voluntariado de não alemães, mas a *Waffen-SS* ainda preferia absorver apenas germânicos, tanto que os voluntários espanhóis, croatas e franceses formaram unidades dentro do Exército.

Nos dois anos seguintes, não apenas ampliou-se o esforço de recrutamento nos países bálticos (LUMANS, 2018), como as legiões nacionais antes sob o comando militar passaram para a *Waffen-SS*. Em 1944-1945, por fim, premidos pelas necessidades da guerra, os líderes da SS aceitaram diminuir ainda mais os requisitos raciais, formando regimentos e divisões de muçulmanos bósnios, ucranianos, italianos, húngaros, russos e outros povos. No total, 38 divisões (ainda que muitas tenham existido apenas no papel ou com efetivos de regimento) foram formadas e cerca de meio milhão de estrangeiros fizeram parte das fileiras da *Waffen-SS*.

Dessa forma, as divisões da *Waffen-SS* não podiam ser, em termos militares e políticos, mais diferentes entre si. As divisões de elite, como a *Leibstandarte SS Adolf Hitler*, a *Das Reich*, a *Hohenstaufen* e mesmo a *Wiking* eram formadas essencialmente por cidadãos alemães e mantinham o seu status de soldados-políticos e de elite, tendo tido um desempenho excepcional em combate. As divisões germânicas, como a *Nordland*, tiveram um desempenho adequado na linha de frente, enquanto as divisões formadas essencialmente por alemães étnicos (ou nas quais eles tinham grande participação), como a *Prinz Eugen* e a *Handschar* foram usadas essencialmente na luta contra a guerrilha, com resultados modestos.

As várias legiões nacionais absorvidas pela *Waffen-SS* (como a francesa, a croata, a valona e o que restou da Divisão Azul espanhola) tiveram um desempenho mediano em combate. Já as inúmeros batalhões e regimentos para ação policial ou de repressão à população civil – como os albaneses, os ucranianos, os húngaros, os italianos, os russos e outros – eram simplesmente unidades comandadas pela *Waffen-SS*, que as utilizavam essencialmente como material humano descartável.

A rígida pirâmide racial nazista não desapareceu nesse processo de internacionalização da *Waffen-SS*: cada divisão tinha prerrogativas, autonomia e prioridades diferentes. Isso se refletia até na nomenclatura de cada divisão. As divisões de elite recebiam o título de *SS-Division* (Divisão da SS), enquanto algumas das germânicas,

as oriundas das legiões nacionais flamenga e holandesa e várias das formadas por alemães étnicos eram chamadas de *SS-Freiwilligen Division* (Divisões auxiliares da SS). Já as unidades da SS bósnias, ucranianas, russas e outras da Europa Oriental (e, igualmente, as francesas e italianas) recebiam o título de *Waffen Division der SS* (Divisão pertencente à SS), o que indicava que estavam sob o comando da SS, mas não pertenciam a ela. Apenas as divisões do primeiro time tinham o direito de usar as runas símbolo da SS.

Também é digno de nota que a Waffen-SS dissolveu, a partir de 1943, as legiões nacionais dos países germânicos em unidades mistas justamente para diminuir a autoridade dos partidos nacionais nas mesmas, o que causou resistências (SCHARFF SMITH et al., 1999). O esforço era contínuo, dentro da Waffen-SS, aliás, para não permitir a existência de nacionalismos que pudessem atrapalhar o ideal do pangermanismo e, de forma contraditória, o total controle dos alemães sobre o sistema. Os voluntários estrangeiros, na realidade, mesmo os germânicos, eram quase sempre empregados como infantaria, deixando as armas mais especializadas nas mãos dos alemães (ESTES, 2015). Os limites do “internacionalismo” e da “harmonia racial germânica” nazista ficam, pois, evidentes. Além disso, jamais houve forças da Waffen-SS (e, na verdade, nenhuma unidade, nem militar nem policial) formadas por poloneses, sérvios e nem tchecos, o que indica o lugar especial desses povos na hierarquia racial nazista.

## UM MODELO NAZISTA DE VOLUNTARIADO E RECRUTAMENTO?

Depois de apresentar a importância dos estrangeiros (voluntários e conscritos) no sistema militar alemão durante a Segunda Guerra Mundial, três perguntas se tornam inevitáveis. A primeira é o que esses homens que se apresentaram de forma voluntária imaginavam quando decidiam empunhar armas pelo Terceiro Reich. A segunda é como o regime nazista via essa utilização de estrangeiros em suas forças armadas e a justificava frente aos pressupostos ideológicos. Por fim, e talvez a mais importante, é se é possível imaginar um “modelo nazista” para o voluntariado de estrangeiros, frente a tantos outros exemplos na História.

A primeira questão já foi respondida anteriormente. Muitos auxiliares se apresentaram para o serviço apenas pela chance de fugir dos campos de prisioneiros, de conseguir melhor alimentação e alguma autonomia. Além deles, se apresentaram alemães étnicos com o objetivo de auferir vantagens políticas ou materiais (ainda que muitos tenham sido induzidos ou mesmo recrutados pela SS) e voluntários tanto da Europa Ocidental como da Oriental. Esses podiam ser tanto homens cuja prioridade era a de garantir a sobrevivência ou a liberdade como voluntários ideológicos propriamente ditos, a maioria vindos de países sob a ocupação alemã.

Esses últimos, especialmente, eram soldados políticos e a conexão que eles faziam entre a participação em uma guerra internacional e a luta política nacional é evidente: boa parte dos franceses, dos dinamarqueses ou dos holandeses, assim como muitos dos croatas, dos ucranianos ou dos letões, que seguiram para a guerra na frente russa tinham uma cruzada particular a realizar – o combate ao comunismo – mas também queriam, com o seu sacrifício em combate, se converter em atores políticos de peso em seus países dentro da Nova Ordem nazista. O caso dinamarquês é, nesse ponto, típico: 75% dos voluntários tinham militância anterior (ou eram simpatizantes) no partido nazista dinamarquês e, quanto mais eles eram isolados no cenário político da Dinamarca ocupada, mais eram estimulados a se voluntariarem (SCHARFF SMITH et al., 1999, p. 82). O mesmo se repetiu na Noruega, onde 80% dos voluntários tinham alguma ligação anterior com o *Nasjonal Samling* de Quisling (SORLIE, 2018, p. 332).

A situação, obviamente, tinha mais nuances do que uma simples opção política. Ao estudar os casos dos voluntários da Bélgica, da França e da Espanha, o historiador David Alegre Lorenz (2017) recorda como o voluntariado para as forças alemãs foi um fenômeno complexo, já que nem todos eram motivados ideologicamente: muitos se renderam à pressão de grupo ou alemã para se apresentarem para a luta. Mesmo assim, eles não eram simples instrumentos ou vítimas inocentes dos alemães ou das lideranças dos seus movimentos: havia projetos e perspectivas que os orientavam. Além disso, ao menos nos casos belga e francês, havia uma violenta disputa em curso internamente e se apresentar para a luta na URSS era também lutar essa guerra interna. Já no caso de, por exemplo, Suécia, Suíça ou Dinamarca (livres da ocupação alemã ou sob um governo civil com alguma autonomia), o europeísmo fascista, o desejo de lutar por ideais compartilhados parece ter tido um papel superior (GUTMANN, 2013; LUND, 2018).

Já no tocante a maneira como o Terceiro Reich viu e justificou a entrada de tantos estrangeiros nas suas forças armadas, temos um caso clássico da realidade se impondo frente aos pressupostos ideológicos. A maior razão para que o regime de Hitler aceitasse tantos milhões de não-alemães lutando sob a bandeira nazista era a necessidade de reforçar os efetivos frente a um cenário de perdas humanas imensas (especialmente frente ao Exército Vermelho) e de policiar e controlar territórios imensos. Frente a essa necessidade de conseguir soldados a pureza ideológica ficou em segundo plano, como bem indicado no modelo de “supply and demand” de Elizabeth Grasmeder (2021).

Mesmo assim, é relevante ressaltar novamente como a ideologia nazista não foi abandonada. Já indicamos como as próprias divisões da Waffen-SS tinham uma hierarquização racial rígida e como o “afrouxamento” das regras raciais pela SS também seguiu essa hierarquização: primeiro se aceitaram os alemães étnicos e os germânicos para depois serem incorporados os europeus “aceitáveis” (como os franceses e os valões) e, finalmente, através da incorporação e transformação dos batalhões policiais, os ucranianos, os balcânicos e os povos da Ásia central e do Cáucaso. Ao mesmo tempo, certos povos foram excluídos do processo, como os sérvios, os poloneses e, obviamente, os judeus. Já os russos só se tornaram aceitáveis após muita resistência e reservas por parte de Hitler e de boa parte da liderança nazista, já que o objetivo da política oriental do nazismo era - apesar das propostas em contrário de, por exemplos, Alfred Rosenberg - exterminar o povo russo, e não o ter como aliado.

A pressão da realidade levou mesmo a tentativas simbólicas de escondê-la, o que se percebe na nomenclatura de algumas divisões da Waffen-SS. Ao batizar divisões com o nome que remetiam ao Império Austro-Húngaro (como *Galizien*, *Maria Theresia* ou *Prinz Eugen*) ou a figuras históricas germânicas (como *Charlemagne* ou *Skanderberg*) tentava-se dar um “ar germânico” a unidades formadas por ucranianos, franceses ou albaneses ou, no máximo, por alemães étnicos. É difícil acreditar que essas tentativas cosméticas tenham convencido alguém.

Em resumo, a ideia de que a Waffen-SS fosse uma espécie de exército europeu, unindo os povos do continente em um idealismo anticomunista, quase prenunciando a União Europeia e a OTAN, é obviamente um mito sem base na realidade e criado apenas para fins de propaganda: os alemães sempre estiveram no comando dos acontecimentos e quaisquer perspectivas realmente internacionalistas foram anuladas de imediato (MACKENZIE, 1997, NÚÑEZ SEIXAS, 2016; ESTES, 2015). No máximo, o que se pode admitir é que certas lideranças nazistas, como Heinrich Himmler, defendiam uma proposta radical de substituir o nacionalismo alemão por um racismo nórdico e que isso se refletiu dentro das Waffen-SS (HALE, 2012, p. 25-29; ESTES, 2015), mas sem nunca se tornar uma perspectiva dominante.

Haveria, por fim, algum tipo de “modelo nazista” de recrutamento? Haveria algo, na maneira como o regime nazista utilizou tantos estrangeiros nas suas forças armadas e milicianas, tão particular, historicamente falando, que mereceria ser classificado à parte? O fato, por exemplo, de Estados satélites ou de grupos nacionalistas participarem da guerra do lado alemão para defender os seus interesses não tem nada de excepcional. Também o voluntariado ideológico, ou seja, o combate por uma causa maior, não é uma grande novidade e o fato de esses voluntários ideológicos lutarem por uma “grande causa”, mas, ao mesmo tempo, estarem buscando vantagens políticas imediatas em seus próprios países tem equivalentes em outros contextos e momentos.

Já o uso de tropas coloniais para o patrulhamento e o controle do território foi prática comum em todos os imperialismos, inclusive no tocante ao uso fora do território original, e as unidades policiais ou auxiliares organizadas pelo nazismo poderiam ser classificadas nesse modelo. Isso reforçaria a tese de que o diferencial nazista seria apenas ter trazido, para a Europa, a mentalidade colonialista europeia aplicada anteriormente na Ásia ou na África.

Um diferencial plausível é que a mentalidade nazista, sempre buscando o confronto e a eliminação dos adversários, levou a uma “mentalidade policial” no trato dos subordinados que se traduziu em uma espiral de violência eterna: quando mais as forças de polícia comandadas pelo nazismo praticavam atrocidades nos territórios ocupados, mais a resistência se acentuava, o que demandava ainda mais forças de polícia e levava a mais atrocidades. No sistema nazista, o outro lado do imperialismo (ou seja, a cooptação dos dominados) teria muito menos força e isso teria levado a uma demanda infinita por policiais e soldados, a qual, associada à brutalidade da guerra contra o Exército Vermelho, obrigou o regime a recorrer a todas as fontes humanas possíveis.

A entrada maciça dos alemães étnicos nas forças alemãs também não é tão surpreendente, pois a presença de emigrantes ou descendentes nas guerras das potências europeias foi algo comum: os filhos e netos de britânicos, franceses ou belgas nascidos nos territórios imperiais (como no Canadá ou na Argélia) tinham obrigações militares, já que eram considerados cidadãos de seus países. Muitos imigrantes ou descendentes que viviam fora das metrópoles também retornaram voluntariamente para cumprir seus deveres, tanto nas guerras mundiais como em outros conflitos, como, por exemplo, no caso dos italianos.

Até esse momento, portanto, as especificidades nazistas no tocante aos voluntários parece ser mais de escala e de alteração dos parâmetros temporais e geográficos do que de essência. No entanto, a ideologia nazista parece ter sido um elemento de diferenciação fundamental, a ser levado em conta. A hierarquização racial, nesse sentido, foi um elemento chave.

Essa hierarquização racial complexa talvez seja realmente um dos maiores diferenciais do nazismo frente a outras experiências. O racismo estava, evidentemente, presente em outras forças armadas em luta na Segunda Guerra Mundial, nas forças coloniais francesas ou britânicas, nas divisões formadas por afro-americanos no Exército dos Estados Unidos, etc. O racismo, portanto, era uma realidade nos exércitos aliados, no japonês e no italiano. Mesmo assim, o sistema de hierarquização racial nazista era muito mais elaborado e restrito e isso é um diferencial ao menos parcial frente a outros modelos. E, dentro do sistema militar nazista, havia diferenças entre as forças da SS e as Forças Armadas, com destaque para o Exército. Esse, obviamente, havia absorvido os princípios racistas do nazismo, mas os interpretava de forma mais pragmática, tanto que recrutou até mesmo alemães com sangue judeu, os *Mischlinge*, nas suas fileiras: 150 mil deles lutaram nas suas fileiras (RIGG, 2013).

Outro elemento da ideologia nazista que teve um impacto considerável no “modelo nazista” de recrutamento e voluntariado foi a divisão entre partido e Estado. O regime nazista tinha uma perspectiva totalitária, a qual, se fosse aplicada integralmente, significaria a destruição do antigo Estado e a formação de um outro, no qual o NSDAP seria a força dominante e as antigas elites seriam substituídas pelas novas, do partido nazista. Essa proposta não se converteu em realidade, mas o partido nazista penetrou dentro da maquinaria do Estado alemão, gerando uma duplicidade de funções e uma disputa contínua entre forças e pessoas, em um sistema caótico. No aspecto marcial, a questão chave passou a ser quem teria o monopólio da força: as Forças Armadas ou SS?

Como já esboçado anteriormente, desde a sua fundação, a SS se organizava em termos militares e sua ambição maior era, se não substituir o Exército, ao menos ter força suficiente para se contrapor a ele em termos políticos. A partir de seu início como força policial para uso dentro da Alemanha, o sistema SS evoluiu para um impressionante aparato de tropas policiais em formato militar (dentro e fora da Alemanha) e unidades militares de combate, de valor variável. A expansão descontrolada das unidades estrangeiras da Waffen-SS foi uma resposta para o problema de ter o material humano necessário para a sua tarefa central, a segurança interna, mas também foi uma forma de se contrapor ao Exército e de se expandir incessantemente para conseguir poder: sem esse aspecto da ideologia nazista, seria difícil entender – a parte às necessidades da guerra – o uso maciço de estrangeiros por uma instituição que se dizia racialmente exclusiva. Essa dicotomia Estado/partido aplicada no campo militar é, realmente, o grande diferencial da experiência da Alemanha nacional-socialista frente às outras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas conclusões mais amplas emergem a partir desse estudo do modelo nazista de recrutamento e voluntariado. A primeira se relaciona ao debate sobre as continuidades e rupturas entre a Alemanha imperial e a nazista, o qual é extenso e envolve inúmeros aspectos e facetas dos dois Estados. Se levarmos em consideração apenas a questão do voluntariado, fica claro como a Alemanha nazista teve características bem diferenciadas frente o regime dos Kaisers. Na guerra de 1914-1918, a Alemanha recrutou as minorias polonesas, judaicas, dinamarquesas e da Alsácia-Lorena para o seu Exército, as quais foram, ainda que não sem tensões (WATSON, 2011; FINE, 2012; CHRISTENSEN, 2020), integradas nas unidades alemães. Além disso, os alemães utilizaram tropas coloniais na África e apoiaram, ainda que sem entusiasmo, a formação de legiões polonesas para a luta contra a Rússia. A Alemanha nazista, por outro lado, recrutou em escala nunca vista a partir da elaboração de uma pirâmide racial e de uma noção de guerra ideológica que poucos poderiam ter imaginado em 1914.

Outro ponto relativo ao tema das continuidades/descontinuidades que a experiência do voluntariado nazista pode iluminar é sobre o caráter do imperialismo nazista. A esse respeito, uma discussão historiográfica recente é sobre as conexões entre a tradição imperialista europeia, o Holocausto e a violência generalizada perpetrada pelos alemães no Leste Europeu. Nessa perspectiva, a ideologia nazista teria sido, acima de tudo, uma alteração de tempo e espaço de práticas corriqueiras em outros locais: a guerra colonial foi transferida da Ásia e da África para a Europa (como Franco já havia feito, aliás, na Espanha) e sua escala foi ampliada a níveis inimagináveis até então. Isso indicaria que a única novidade do nazismo foi trazer para o continente europeu as práticas colonialistas, de *divide et impera*, praticadas por todas as potências coloniais na Ásia e na África.

Tal hipótese foi elaborada por Hannah Arendt (a “teoria do bumerangue”) décadas atrás e tem sido retomada recentemente, ainda que em termos um pouco diversos. Seria

impossível retomar todo esse debate aqui, mas a tese, em si, é válida: ao dividir e colocar grupos e etnias uns contra os outros e ao exercer a violência em larga escala, os nazistas não faziam nada que franceses, britânicos ou belgas não tivessem feito na África, ainda que em uma escala muito maior. No entanto, essa busca da continuidade leva ao esquecimento do fato que o plano nazista ia além de uma mera conquista colonial, mas buscava também de estabelecimento de uma nova ordem racial e política: o Estado totalitário imaginado pelos nazistas seria construído, primeiro, nos territórios ocupados.

O nazismo, nessa perspectiva, era imperialista e colonialista (ainda que radicalizado), mas seu sistema de poder era mais complexo do que isso. O próprio Holocausto não se encaixa em uma perspectiva colonial, já que os judeus não eram um povo a explorar em minas ou fábricas ou a exterminar para liberar terras para colonização, mas, dentro da cosmologia nazista, uma verdadeira “ameaça cósmica”, a ser eliminada (CONFINO, 2016).

Em resumo, a SS e as forças armadas alemãs travaram, no Leste Europeu, uma guerra convencional, uma colonial e uma ideológica e o sistema de voluntariado nazista reforça essa perspectiva tripla: no tocante à mobilização de aliados e tropas coloniais, ele não era muito diferente do sistema tradicional, mas a sua guerra ideológica demandava outro tipo de voluntário. Os voluntários ideológicos (e a rígida diferenciação racial aplicada pelos nazistas entre eles) indicam um compromisso com uma ideologia que ia além da simples sobrevivência em tempos de guerra ou de ganhar benefícios se associando aos dominadores. O estudo do sistema de recrutamento reforça a tese de que o nazismo bebeu nas tradições colonialistas europeias e alemãs, mas foi além disso, criando um sistema de poder diferente.

Outra colaboração do discutido nesse artigo é que temos evidências adicionais para discutir a questão do totalitarismo. A Itália fascista (cuja experiência particular será analisada em outro artigo), por exemplo, recrutou estrangeiros para as suas forças armadas, mas a esmagadora maioria foi enquadrada nas forças regulares, com poucos homens se incorporando às unidades da MVSN, a milícia fascista, o que indica uma hegemonia do Estado sobre o partido, ou uma perspectiva totalitária que pouco se desenvolveu.

Já no caso da União Soviética, as inúmeras minorias nacionais soviéticas lutaram de forma integrada, diluídas em unidades maiores. A base de recrutamento podia levar a maior ou menor presença de uma dada etnia em uma divisão ou regimento e existiram algumas unidades com base nacional, normalmente para a defesa territorial, mas eram exceções. Habitualmente, os militares de etnia russa ou eslava assumiam postos de comando com mais frequência do que os outros e os eslavos eram vistos como mais confiáveis do que, por exemplo, os muçulmanos da Ásia Central. Sentimentos racistas ou xenófobos também estavam presentes nas unidades soviéticas, especialmente frente aos muçulmanos e asiáticos (GLANTZ, 2012). O fato de o racismo não ser política de Estado, contudo, permitiu um sistema de recrutamento diferente do nazista, mais aberto e inclusivo.

Do mesmo modo, a equivalente soviética da SS, a NKVD, foi utilizada de forma implacável para manter a ordem dentro do território soviético e na retaguarda dos seus exércitos. As unidades da NKVD chegaram a ser organizadas em nível brigada e divisão, e algumas delas chegaram a ser usadas em combate com os alemães. No entanto, elas não passavam de infantaria leve e não eram a ponta de lança de um conflito entre o partido e o Estado, ainda que os militares tivessem algumas reticências frente a elas. Isso indica como a simbiose entre partido e Estado havia avançado muito mais na URSS e que o conflito entre a NKVD e o Exército Vermelho, ainda que real, não avançou ao ponto de uma dessas organizações procurar recrutar estrangeiros para reforçar seu próprio poder.

Domenico Losurdo (2017) chamou a atenção sobre como o conceito de totalitarismo, o qual aproxima a Alemanha nazista da União Soviética, não leva em conta a questão do imperialismo e do racismo: segundo ele, se olhássemos para esses elementos, ficaria evidente como a Alemanha nazista estava mais próxima do Império Britânico, por exemplo, do que da URSS. A análise do voluntariado nazista permite testar a hipótese de Losurdo.

O sistema militar soviético não era desprovido de hierarquias raciais e preconceitos e uma harmonia total entre etnias e nacionalidades é um mito. No entanto, a utilização de tropas coloniais ou de uma hierarquia racial e nacional para separar e organizar rigidamente as forças armadas não estava presente no modelo soviético, enquanto era onipresente nos países ocidentais e, de forma ainda mais radical, no sistema nazista. A perspectiva totalitária nazista indicava a necessidade de contínua hierarquização entre homens e etnias; a soviética valorizava a diluição de todas a favor de um único objetivo, ainda que preconceitos residuais permanecessem. Ou, nos termos de Norberto Bobbio (1994): o regime de Stalin era a perspectiva totalitária da esquerda e a Alemanha de Hitler a de direita, o que se refletiu diretamente no sistema militar. A hipótese de Losurdo, nesse caso, parece ter fundamento.

No entanto, convém não esquecer, igualmente, que as potências ocidentais, mesmo sendo imperialistas, não tinham projetos de destruição da democracia ou de um reordenamento radical das relações sociais e nem vivenciavam uma situação de tensão entre partido e Estado, como no caso da URSS e da Alemanha nazista. O próprio racismo nazista era diferente, em escala e essência, do mais tradicional, praticado pelos europeus no mundo colonial. Isso se refletiu, no caso de França, Bélgica ou Reino Unido, em um sistema de recrutamento mais ou menos tradicional, seguindo os parâmetros habituais do racismo e do colonialismo europeus. Estabelecer, apenas com base na questão racial, que não havia diferenças entre a França, o Reino Unido e a Alemanha nazista é ir muito além do que nos é permitido pelos fatos.

A análise do sistema de recrutamento militar nazista indica, portanto, as aproximações e diferenças do modelo nazista com relação às potências democráticas e, do mesmo modo, com a URSS. O seu estudo nos permite entender a importância de elementos tradicionalmente ignorados – como a luta entre o partido e Estado e a questão racial e colonial – nas discussões sobre continuidades e rupturas e entre modelos políticos na época da Segunda Guerra Mundial.

A nova história militar indica a necessidade de conjugar as questões diretamente militares (batalhas, generais, equipamento, táticas e estratégias) com a política, a economia e a sociedade. No caso do sistema de recrutamento e voluntariado organizado pela Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial, essa conexão é mais do que evidente e indica as especificidades daquele regime político. A guerra é, como afirmado por Clausewitz, a continuação da política por outros meios. O caso nazista reconfirma isso da maneira mais evidente possível.

## REFERÊNCIAS

ALEGRE LORENZ, David. *Experiencia de de guerra y colaboracionismo político-militar : Bélgica, Francia y España bajo el Nuevo Orden (1941-1945)*, Tesis de Doctorado. Departament d'Història Moderna i Contemporània, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2017.

BATTISTELLI, Pier P.; MOLINARI, Andrea. *Le Forze Armate della RSI. Uomini e imprese dell'ultimo esercito di Mussolini*. Bresso (MI): Hobby & Work, 2007.

- BERGEN, Doris L. The Nazi concept of 'Volksdeutsche' and the exacerbation of anti-Semitism in Eastern Europe, 1939-45. *Journal of Contemporary History*, v. 29, n. 4, p.569-582, 1994.
- BEYDA, Oleg. France. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European nations and the invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 288-316.
- BEYDA, Oleg; PETROV, Igor. The Soviet Union. In: STAHEL, David. *op. cit.*, p. 369-425.
- BLOOD, Philip W. *Hitler's bandit hunters: The SS and the Nazi occupation of Europe*: New York: Potomac Books, 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- BOHLER, Jochen; GERWARTH, Robert. *The Waffen SS. A European History*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- CABALLERO JURADO, Carlos; NIGEL, Thomas N. *Germany's Eastern Front allies (2): Baltic forces*. Oxford: Osprey, 2012.
- CASAGRANDE, Thomas. *Die Volksdeutsche SS-Division „Prinz Eugen“. Die Banater Schwaben und die nationalsozialistischen Kriegsverbrechen*. Frankfurt und Main: Campus Verlag, 2003.
- CHRISTENSEN, Steffen L. Between duty, right and compulsion – the Danish minority in the German army, 1914–1918. *First World War Studies*, v. 11, n. 3, p. 257-271, 2020.
- CONFINO, Alan. *Um mundo sem judeus: da perseguição ao genocídio, a visão do imaginário nazista*. São Paulo: Cultrix, 2016.
- DEAN, Martin. *Collaboration in the Holocaust: crimes of the local police in Belorussia and Ukraine, 1941-1944*. New York: Palgrave MacMillan, 2000.
- DELETANT, Dennis. Romania. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 46-78.
- EDELE, Mark. *Stalin's defectors: how Red Army soldiers became Hitler's collaborators, 1941-1945*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- ESTES, Kenneth. *A European anabasis: Western European volunteers in the German Army and SS, 1940-45*: Helion, Limited, 2017.
- FINE, David J. *Jewish integration in the German Army in the First World War*. Berlin and Boston: De Gruyter, 2012.
- FROTSCHER, Méri. Narrar a vida durante o III Reich. Interpretação de “trajetórias de vida” escritas por “retornados” à Alemanha a partir do Brasil. Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas [en línea]. 2013, n. 11.
- GIOLITTO, Pierre. *Volontaires français sous l'uniforme allemand*. Paris: Perrin, 1999.
- GLANTZ, David. Soviet use of "substandard" manpower in the Red Army, 1941-1945. In: MARBLE, Sanders. *Scraping the Barrel: the military use of sub-standard manpower*. Fordham University Press, 2012, p. 151-178.

GRAMS, Grant W. *Coming home to the Third Reich: return migration of German nationals from the United States and Canada, 1933-1941*. Jefferson (NC): McFarland & Company, 2021.

GRASMEDER, Elizabeth M. F. Leaning on Legionnaires: why modern States recruit foreign soldiers." *International Security*, v. 46, n. 1, p. 147-195, 2021.

GUTMANN, Martin. Debunking the myth of the volunteers: transnational volunteering in the Nazi Waffen-SS Officer Corps during the Second World War. *Contemporary European History*, v. 22, n. 4, p. 585-607, 2013.

HALE, Christopher. *I carnefici stranieri di Hitler: l'Europa complice delle SS*. Milano: Garzanti, 2012.

KRUGER, Christine G.; LEVSEN, Sonja L. Volunteers, war and the Nation since the French Revolution." In: KRUGER, Christine G.; LEVSEN, Sonja L. *War volunteering in modern times. From the French Revolution to the Second World War*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011, p. 1-22.

LELEU, Jean-Luc. *La Waffen-SS - Soldats politiques en guerre*. Paris: Perrin, 2007.

LELEU, Jean-Luc. *La Waffen-SS* Paris: Place des éditeurs, 2014.

LOSURDO, Domenico. Stálin e Hitler. Irmãos ou inimigos mortais. JINKINGS, Ivana; Doria, Kim. *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo/SESC, 2017, p. 175-189.

LUMANS, Valdis O. The military obligation of the Volksdeutsche of Eastern Europe towards the Third Reich. *East European Quarterly*, v. 23, n. 3, p. 305-325, 1989.

LUMANS, Valdis O. *Himmler's Auxiliaries: the Volksdeutsche Mittelstelle and the German national minorities of Europe, 1933-1945*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1993.

LUMANS, Valdis O. The Baltic States: Lithuania, Latvia and Estonia. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 343-368.

LUMANS, Valdis O. The Ethnic Germans of the Waffen-SS in Combat: Dregs or Gems? In: MARBLE, Sanders. *Scraping the Barrel: the military use of sub-standard manpower*. Fordham University Press, 2012, p. 225-253.

LUMANS, Valdis O. Recruiting Volksdeutsche for the Waffen-SS: From Skimming the Cream to Scraping the Dregs. In: MARBLE, Sanders. *Scraping the Barrel: the military use of sub-standard manpower*. Fordham University Press, 2012, p. 197-224.

LUND, Joachim. Denmark. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 236-259.

MACKENZIE, S.P. *Revolutionary armies in the modern era: a revisionist approach*. London/New York: Routledge, 1997.

MEINANDER, Henrik. Finland. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 17-45.

MORENO JULIÁ, Xavier. *La División Azul: sangre española en Rusia, 1941-1945*. Barcelona: Planeta De Agostini, 2006.

MORENO JULIÁ, Xavier. Spain. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 193-213.

MULLER, Rolf D. *The unknown Eastern Front: the Wehrmacht and Hitler's foreign soldiers*. London: Bloomsbury Academic, 2012.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. A “Cruzada europeia contra o bolchevismo”: mito e realidade. In: *Fascismo, guerra e memória. Olhares ibéricos e europeus*, Porto Alegre, Santiago de Compostela: Edipucs, Universidade de Santiago de Compostela, 2016, p. 125-162.

OLIVEIRA, Dennison de. *Os soldados brasileiros de Hitler*. Curitiba: Juruá, 2008.

RIGG, Bryan M. *I soldati ebrei di Hitler*. La storia mai raccontata delle leggi razziali naziste e degli uomini di origine ebraica dell'esercito tedesco. Roma: Newton Compton, 2015.

RODRIGUEZ JIMÉNEZ, José L. Ni División Azul, ni División Española de Voluntarios: El personal forzado en el cuerpo expedicionario enviado por Franco a la URSS. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n. 31, p. 265-296, 2009.

ROMSICS, Ignác. Hungary In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 79-106.

RYCHLIK, Jan. Slovakia. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 107-133.

SCHARFF SMITH, Peter *et al.* The Danish volunteers in the Waffen SS and German warfare at the Eastern Front. *Contemporary European History*, v. 8, n. 1, p. 73-96, 1999.

SILVA, Ricardo. *Portugueses na Wehrmacht. Os voluntários da Divisão Azul (1941-1944)*, Departamento de História, Universidade Nova de Lisboa, 2012

SORLIE, Sigurd. Norway. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 317-340.

STAHEL, David. 2018. Introduction. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 1-14.

STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018b.

STEIN, George H. *The Waffen SS: Hitler's elite guard at war, 1939-1945*: Cornell University Press, 1966.

VAN ROEKEL, Evertjan. The Netherlands. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 214-235.

WATSON, Alexander. Fighting for another Fatherland: the Polish minority in the German Army, 1914—1918. *The English Historical Review*, v. 126, n. 522, p. 1137-1166, 2011.

WESTERMANN, Edward. Himmler's uniformed police on the Eastern Front: the Reich's secret soldiers, 1941–1942." *War in History*, v. 3, n. 3, p. 309-329, 1996.

WOUTERS, Nico. Belgium. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 259-287.

YEOMANS, Rory. Croatia. In: STAHEL, David. *Joining Hitler's Crusade: European Nations and the Invasion of the Soviet Union, 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 158-189.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**João Fabio Bertonha:** Doutor em História pela Unicamp, Livre-Docente em História pela USP, Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá e pesquisador do CNPq. Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. XV de Novembro 297, apto 1102, Maringá – PR, Brasil, 87013-230.

### ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

### DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

### PREPRINT

O artigo não é um preprint.

### LICENÇA DE USO

© Fabio Bertonha. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.



## EDITORES

João Júlio Gomes dos Santos Jr.  
Jo Klanovicz.

## HISTÓRICO

Recebido em: 2 de março de 2022  
Aprovado em: 4 de agosto de 2022

Como citar: BERTONHA, João F. Estrangeiros na Wehrmacht e na Waffen-SS durante a Segunda Guerra Mundial: um "modelo nazista" de voluntariado? *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 731-753, set./dez. 2022.

